

**PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**

**Agravo Legal na Apelação n.º: 0329759-6 2ª Vara Cível de Serra Talhada**

**Agravante: IRIANEIDE PESSOA DE SOUSA**

**Agravado: SEGURADOR LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**

**Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho.**

**EMENTA:** AGRAVO LEGAL EM DECISAO TERMINATIVA. AÇÃO SECURITÁRIA DPVAT. PRAZO PRESCRICIONAL. ENTENDIMENTO SUMULADO DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Como é cediço, é entendimento pacífico do STJ de que prescreve em 03 (três) anos o prazo para interposição de ação de recebimento de complementação do valor pago administrativamente à título de seguro DPVAT.
2. Nesse sentido, é reconhecível a perda da pretensão quando ajuizada a ação no dia 24/05/2013, prazo aquém dos 3 (três) anos previstos.
3. Ademais, não se pode aceitar para início da contagem do prazo prescricional, quando decorridos mais de 5 (cinco) anos entre as datas do sinistro e do laudo médico confeccionado, diante da ausência de prova que a vítima tenha permanecido em tratamento médico ou fisioterápico durante esse período. Isso porque, a referida súmula 278 do STJ tem o objetivo de evitar que o direito fosse obstado por mora do serviço público em emitir laudo conclusivo com relação às lesões causadas pelo sinistro.
4. Recurso não provido. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos o presente recurso, Acordam os Excelentíssimos Desembargadores integrantes da PRIMEIRA Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **negar provimento ao presente recurso**, tudo nos termos do voto do Relator e Notas Taquigráficas, que passam a fazer parte integrante do presente aresto.

Recife,

01/07/2014

  
**Stênio Neiva Coêlho**  
Desembargador Relator



**PRIMEIRA CAMARA CIVEL**

**Agravo Legal na Apelação n.º: 0329759-6 2ª Vara Cível de Serra Talhada**

**Agravante: IRIANEIDE PESSOA DE SOUSA**

**Agravado: SEGURADOR LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**

**Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho.**

**RELATÓRIO/VOTO**

Trata-se de Agravo Legal interposto por Irianeide Pessoa de Sousa contra decisão terminativa (fls.43/45) de minha lavra que, nos autos da Apelação de mesmo número, conheceu do recurso, contudo, negou provimento ao apelo, mantendo-se incólume a decisão vergastada.

A Agravante aduz, em síntese, a mesma fundamentação da apelação, que não houve prescrição de sua pretensão de pedir em juízo a complementação do seguro obrigatório DPVAT.

Não exercido o juízo de retratação e independentemente de pauta, ponho o feito em mesa para julgamento.

Por independer de inclusão em pauta, em atenção ao art. 85, "e", do RITJPE, apresento em mesa para julgamento.

É o Relatório.

Conheço do recurso, porquanto presentes os pressupostos necessários a sua admissibilidade.

Cinge-se o debate na contagem do prazo prescricional nas ações securitárias DPVAT.

No caso dos autos, a autora sustenta que sofreu acidente de trânsito em 25/08/2006 (fl.02), de acordo com o Boletim de Ocorrência datado de 24/04/2008 (fl.09).

Nesse sentido, acertadamente o magistrado a quo proferiu julgamento de ofício nos termos do art.219 §5 do CPC, reconhecendo a prescrição da pretensão autoral já que só foi ajuizada a ação no dia 24/05/2013, prazo aquém dos 3 (três) anos previstos (Súmula 405 do STJ).

A decisão atacada fora lançada nos seguintes termos:

**"DECISÃO TERMINATIVA**

Trata-se de Apelação Cível interposta por IRANEIDE PESSOA DE SOUSA em face de sentença proferida nos autos da Ação de Complementação de Seguro DPVAT que julgou improcedente os pedidos autorais nos termos do art. 269, IV do CPC declarando de ofício a prescrição sob o fundamento de que houve o transcurso do prazo prescricional de 3 (três) anos para o ajuizamento da ação desde a data do evento danoso.

A autora interpôs a presente apelação, pugnando pela reforma do julgado, alegando em síntese que não houve prescrição, em face do que dispõe a súmula 278 do STJ, eis que o prazo prescricional só deveria ocorrer da data em que foi percebida as consequências definitivas do acidente automobilístico de acordo com o laudo médico acostado.

Vieram-me os autos conclusos em 20/03/2014.

É em breve síntese, o que impende relatar. DECIDO.

Tratando-se de questão exclusivamente de direito e de fácil deslinde, pode o feito ser analisado monocraticamente nos termos do art. 557 do CPC.

Como é cediço, é entendimento pacífico do STJ de que prescreve em 03 (três) anos o prazo para interposição de ação de recebimento de complementação do valor pago administrativamente à título de seguro DPVAT:

**STJ Súmula nº 405** – A ação de cobrança do seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em três anos.

No caso dos autos, a autora sustenta que sofreu acidente de trânsito em 25/08/2006 (fl.02), de acordo com o Boletim de Ocorrência datado de 24/04/2008 (fl.09).

Nesse sentido, acertadamente o magistrado a quo proferiu julgamento de ofício nos termos do art.219 §5 do CPC, reconhecendo a prescrição da pretensão autoral já que só foi ajuizada a ação no dia 24/05/2013, prazo aquém dos 3 (três) anos previstos.

Doutra banda, a autora sustenta que de acordo com a súmula nº 278 do STJ o prazo prescricional somente deve se iniciar a partir da ciência inequívoca da debilidade permanente se dando com a alta médica definitiva.

Ora, não se pode aceitar para início da contagem do prazo prescricional, quando decorridos mais de 5 (cinco) anos entre as datas do sinistro e do laudo médico confeccionado, diante da ausência de prova que a vítima tenha permanecido em tratamento médico ou fisioterápico durante esse período.

Isso porque, a referida súmula 278 do STJ tem o objetivo de evitar que o direito fosse obstado por mora do serviço público em emitir laudo conclusivo com relação às lesões causadas pelo sinistro.

Comungando esse entendimento, é a jurisprudência pátria:

**“AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. PRESCRIÇÃO. PRAZO DE 3 (TRÊS) ANOS. TERMO INICIAL. DATA DO ACIDENTE. FATO NOVO. AUSÊNCIA. 1.** O prazo prescricional para propositura da ação de cobrança de seguro DPVAT é de três anos (stj, Súmula nº 405), sendo o seu termo inicial, à míngua de comprovação acerca da realização de tratamento médico contínuo entre o fatídico e a conclusão do laudo médico denotador de invalidez parcial, é a data do acidente (fato gerador do direito). 2. Ausentes nos autos fatos novos hábeis à modificação da decisão recorrida, a rejeição do agravo regimental é medida que se impõe. 3. Recurso conhecido e desprovido.”(TJGO; AC 0173282-85.2009.8.09.0051; Goiânia; Quinta Câmara Cível; Rel. Des. Geraldo Gonçalves da Costa; DJGO 20/03/2014; Pág. 339)

**“APELAÇÃO CÍVEL. Ação de cobrança. Seguro obrigatório DPVAT. Apelação 1.** Prescrição. Ocorrência. Lapso temporal de 17 anos entre o evento danoso e o ajuizamento da ação. Ausência de provas de tratamento médico neste período. Ausência de laudo a atestar a data da ciência inequívoca da invalidez permanente. Termo inicial do prazo prescricional. Data do evento danoso. Alterado para a entrada em vigor do Código Civil de 2002. Inteligência do artigo 2.028.prescrição ocorrida no ano de 2006. Ação interposta no ano de 2011. Prescrição reconhecida. Reforma da sentença. Recurso conhecido e provido. Apelação 2. Pleito de recebimento do valor integral da indenização. Majoração dos honorários advocatícios. Impossibilidade. Reconhecimento da prescrição. Recurso prejudicado. 1. Passaram-se mais de dezessete anos entre o evento danoso e o ajuizamento da ação e não há nos autos qualquer documento que comprove que o recorrido tenha, nesse período, feito qualquer tratamento que indicasse a possibilidade de reversão de seu estado. Desta forma, não há como alegar que a ciência inequívoca de sua invalidez permanente ocorreu no momento da perícia.”(TJPR; ApCiv 1126897-6; Londrina; Nona Câmara Cível; Rel. Des. Dartagnan Serpa Sa; DJPR 20/03/2014; Pág. 518).

Não é outro o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. PRESCRIÇÃO TRIENAL. TERMO INICIAL. DATA EM QUE O SEGURADO TEVE CIÊNCIA INEQUÍVOCA DA INCAPACIDADE LABORAL. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7 DO STJ. 1. - Conforme a jurisprudência desta corte superior, o prazo prescricional para propositura da ação de cobrança relacionada ao seguro obrigatório DPVAT. É de três anos, conforme disposto no art. 206, § 3º, do novo Código Civil. 2. - "o termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral. Súmula n. 278/STJ" (AgRg no RESP 1.002.620/RS, relator o ministro aldir passarinho Junior, dje de 24.5.2010). 3. - à vista das circunstâncias fáticas da causa, o tribunal de origem entendeu que não se pode precisar o momento em que o segurado teve ciência de sua incapacidade laboral. Assim, o acolhimento da pretensão recursal demandaria a análise do acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula nº 7/STJ. 4. - agravo regimental improvido." (STJ; AgRg-AREsp 377.769; Proc. 2013/0247002-7; SP; Terceira Turma; Rel. Min. Sidney Beneti; DJE 08/10/2013; Pág. 1415) .

Face ao exposto, NEGO PROVIMENTO ao apelo do autor nos termos do art.557 do CPC, mantendo-se incólume a sentença vergastada.

Após o trânsito em julgado da presente decisão, devolvam-se os autos ao juízo de origem.

Publique-se. Intimem-se.

Recife, 21 de Março de 2014.

Stênio Neiva Coêlho  
Desembargador Relator".

Conforme claramente se percebe, a decisão hostilizada encontra-se em perfeita consonância com o ordenamento jurídico, merecendo ser mantida por seus próprios fundamentos jurídicos.

Face ao exposto, conheço do presente Agravo Legal, porém, **nego-lhe provimento**.

É como Voto.

Recife, 01/07/2014

  
Stênio Neiva Coêlho  
Desembargador Relator